



SEÇÃO JUDICIÁRIA DE RONDÔNIA

REGISTRO DE PREÇO**ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 15/2016****PROCESSO ADMINISTRATIVO SEI N. 0001906-21.2016.4.01.8012 – SJRO****PREGÃO ELETRÔNICO N. 10/2016****VALIDADE: 14/11/2016 a 13/11/2017.**

A **União**, por intermédio da Justiça Federal de 1ª Instância – Seção Judiciária do Estado de Rondônia, inscrita no CNPJ n. 05.429.264/0001-89, sediada na Avenida Presidente Dutra, n. 2.203, Baixa da União, Porto Velho, neste ato representada pelo Diretor da Secretaria Administrativa, Waldirney Guimarães de Rezende, através da Portaria de Delegação n. 278/2016, considerando o resultado homologado do pregão eletrônico supracitado, observadas as disposições contidas nas Leis n. 8.666/93 e n. 10.520/2002, nos Decretos n. 3.450/2005 e 7.892/2013, e respectivas alterações, na Lei Complementar n. 123/2006, no edital do Pregão Eletrônico e no Processo Administrativo em referência, RESOLVE registrar os preços de **materiais de consumo abaixo relacionados**, para eventual aquisição, nos seguintes termos e condições:

CLÁUSULA PRIMEIRA: DO OBJETO

1.1. O presente Ata de Registro de Preços tem como objeto eventual aquisição de **materiais de escritório/expediente**, conforme especificações, preços e quantidades previstos na cláusula quinta, pelo fornecedor elencado na cláusula segunda.

CLÁUSULA SEGUNDA: DO FORNECEDOR

2.1. Os materiais, se e quando adquiridos nos termos desta Ata de Registro de Preços, serão comprados dos seguintes fornecedores:

Grupo	Item	Fornecedor
6	43 e 44	<p>Empresa: CREATIVE INFORMÁTICA LTDA - EPP. CNPJ: 05.022.996/0001-50. Endereço: Rua Tupis, n. 457, Sala 803. Bairro: Centro. Belo Horizonte/MG. CEP: 30.190-060. Telefone: (31) 3222-5656. E-mail: governo@creativeinfor.com.br</p> <p>Representante legal: Euomar São José. CPF: 739.606.086-91. Cargo/função: Representante Legal.</p>

CLÁUSULA TERCEIRA: DA VALIDADE DO REGISTRO DE PREÇOS

3.1. A presente Ata de Registro de Preços tem validade de 12 (doze) meses, a contar da data de assinatura, indicado no subtítulo, excluído o dia do começo e incluído o do vencimento..

3.1.1. As quantidades registradas são estimativas máximas para o período de validade da Ata de Registro de Preços, reservando-se à Administração o direito de adquirir o quantitativo que julgar necessário, podendo ser parcial, integral ou mesmo abster-se de adquirir algum item especificado.

CLÁUSULA QUARTA: DA UTILIZAÇÃO DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS

4.1. Esta Ata de Registro de Preços, durante a sua vigência, poderá ser utilizada por qualquer órgão ou entidade da Administração Pública Federal, Estadual, Distrital e Municipal que não tenha participado do certame licitatório, desde que:

- a) não prejudique o fornecimento ao órgão gerenciador;
- b) haja concordância da Seção Judiciária do Estado de Rondônia e do respectivo fornecedor; e
- c) seja respeitada a legislação respectiva.

4.2. Em nenhuma hipótese o quantitativo decorrente das adesões às atas de registro de preços poderá exceder a 100% (cem por cento) por órgão aderente ou, na totalidade, a 500% (quinhentos por cento) do quantitativo de cada item registrado, independente do número de órgãos não participantes que aderirem.

4.3. Conforme Acórdão Nº 1968/2015 - TCU - Plenário, o valor de todas as contratações, por item, aí incluídas tanto as realizadas pelos patrocinadores da ata quanto as promovidas pelos aderentes deverá observar o limite máximo de R\$ 80.000,00 para o somatório, haja vista este Pregão Eletrônico ser destinado à contratação exclusiva de Microempresas e Empresas de Pequeno Porte conforme limite

estabelecido no art. 47, I da Lei Complementar n. 123/2006;

4.4. Após a autorização do órgão gerenciador, o órgão não participante deverá efetivar a aquisição ou contratação solicitada em até 90 (noventa) dias, observado o prazo de vigência da Ata de Registro de Preços.

4.5. Compete ao órgão não participante os atos relativos à cobrança do cumprimento pelo fornecedor das obrigações contratualmente assumidas e a aplicação, observada a ampla defesa e o contraditório, de eventuais penalidades decorrentes do descumprimento de cláusulas contratuais, em relação às suas próprias contratações, informando as ocorrências ao órgão gerenciador.

4.6. Após o encerramento de sua vigência, esta Ata de Registro de Preços permanecerá em vigor para as contratações firmadas durante sua vigência nominal, exceto para realizar-se novas contratações.

CLÁUSULA QUINTA: DO MATERIAL – ESPECIFICAÇÕES, QUANTIDADES E PREÇOS

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	QTDE	UNID.	VALOR UNIT.	VALOR TOTAL
6	43	Mouse pad com apoio para pulso em gel e design ergonômico, com base em borracha anti-deslizante. Composição: Tecido, gelatina de silicone e poliuretano. Cor: preta. Dimensões aproximadas: 22 x 24.	200	un	18,55	3.710,00
6	44	Apoio de Pulso em Gel para Teclado, com base em borracha anti-deslizante. Composição: Tecido, gelatina de silicone e poliuretano. Cor: preta. Dimensões mínimas aprox. do produto (L x A x P): 45 x 7 x 2 cm.	200	un	23,58	4.716,00
VALOR TOTAL						8.426,00

5.1. Na hipótese de bens importados, a cada aquisição será obrigatória a comprovação da origem do item adquirido e da quitação dos tributos de importação a eles referentes. (Decreto n. 7.174/2010, artigo 3º, inciso III).

CLÁUSULA SEXTA: DA ENTREGA

6.1. Os materiais devem ser entregues na Seção de Material e Patrimônio (Almoxarifado) da Seção Judiciária do Estado de Rondônia, localizada na Avenida Presidente Dutra, 2203, Baixa da União, Porto Velho/RO, CEP: 76.805-902.

6.2. O prazo de entrega será de 30 (trinta) dias corridos, a partir do recebimento da nota de empenho.

6.3. Todas as despesas de frete e de entrega correrão por conta da contratada.

6.4. O fornecedor e seus agentes deverão se apresentar munidos de documento de identidade e trajando roupas compatíveis com a sobriedade da órgão (não permitidos shorts, microssaias, camisetas sem manga, chinelos, transparências, etc.).

CLÁUSULA SÉTIMA: DA ADMINISTRAÇÃO DA PRESENTE ATA

7.1. O gerenciamento da presente Ata de Registro de Preços caberá ao supervisor da Seção de Material e Patrimônio, ou quem suas vezes fizerem.

CLÁUSULA OITAVA: DA CONTRATAÇÃO

8.1. Durante o prazo de validade desta Ata de Registro de Preços, o fornecedor, conforme a cláusula segunda, poderá ser convidado a fornecer os bens a si adjudicados, no todo ou em parte, mediante emissão de nota de empenho e requisição de material pela Administração, observadas as condições fixadas neste instrumento e nas determinações contidas na legislação pertinente.

8.2. A contratação será sempre representada por Nota de Empenho, na forma do art. 62, “caput”, e §4o, da Lei 8.666/93, e a sua celebração será formalizada pelo recebimento desta pela empresa, o que poderá ser realizado por *e-mail*.

8.3. Como condição para emissão da Nota de Empenho, a compromissária da Ata de Registro de Preços deverá comprovar, no ato de sua emissão, a compatibilidade com as obrigações assumidas, todas as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

8.4. Aplica-se às contratações de fornecimento decorrentes de registro de preços o disposto no Capítulo III da Lei n. 8.666/1993, com suas respectivas alterações posteriores, no que couber.

CLÁUSULA NONA: DO FORNECIMENTO E DO RECEBIMENTO DO MATERIAL

9.1. O fornecedor deverá proceder à entrega dos materiais objeto da presente Ata de Registro de Preços na quantidade solicitada pela

Administração, respeitado o limite máximo de 100%, e no prazo máximo estipulado na cláusula sexta, o qual será contado em dias corridos, a partir do primeiro dia útil subsequente ao do recebimento da Nota de Empenho.

9.2. A entrega da Nota de Empenho e outras comunicações poderão ser feitas por fax ou e-mail, através dos respectivos número e endereço fornecidos pela empresa detentora do registro de preços, sendo de sua responsabilidade manter atualizados os dados perante o órgão gerenciador.

9.3. O recebimento definitivo dos produtos será realizado no prazo de até 05 (cinco) dias úteis, pelo servidor responsável pela Seção de Material e Patrimônio, que fica incumbido de verificar as especificações e a qualidade dos produtos entregues e instalados conforme exigido no certame licitatório.

9.4. O material será recusado se forem entregues em desacordo com as especificações solicitadas e propostas, caso em que deverá ser substituído no prazo de 15 (quinze) dias corridos, a ônus do fornecedor, sem prejuízo da aplicação de penalidade por atraso na entrega do material.

9.5. O material, quando do fornecimento, deverá estar em perfeito estado, sem manchas, amassados, riscos ou arranhados, não apresentando quaisquer danos ou alterações.

9.6. Será de responsabilidade do fornecedor o ônus resultante de quaisquer ações, demandas, custos e despesas em decorrência de danos causados aos órgãos participantes desta Ata de Registro de Preços ou a terceiros, ocorridos por culpa de qualquer de seus empregados ou prepostos, obrigando-se ainda por quaisquer responsabilidades decorrentes de ações judiciais que lhe venham a ser atribuídas por força de lei, relacionados com o cumprimento das obrigações assumidas na presente Ata de Registro de Preços.

CLÁUSULA DÉCIMA: DO PAGAMENTO

10.1. O pagamento será efetuado através de depósito em conta-corrente do fornecedor, mediante apresentação da Nota Fiscal, até o 10º (décimo) dia útil após o ateste da referida Nota Fiscal, pelo Gestor da Ata de Registro de Preços.

10.2. O recebimento e a aceitação dos materiais serão atestados pelo gestor da Ata de Registro de Preços, no corpo da nota fiscal (verso ou anverso), ou através de certidão avulsa, sendo esta condição indispensável a que se processe o pagamento.

10.3. No caso de atraso de pagamento, desde que a contratada não tenha concorrido de alguma forma para tanto, serão devidos pela contratante, encargos moratórios à taxa nominal de 6% a.a. (seis por cento ao ano), capitalizados diariamente em regime de juros simples. O valor dos encargos moratórios será calculado pela fórmula:

$I \times N \times VP = EM$, onde:

I = Índice de compensação financeira = 0,00016438 (6/100/365);

N = Números de dias entre a data prevista limite para o pagamento e a do efetivo pagamento; e

VP = Valor da prestação do pagamento em atraso;

EM = Encargos moratórios devidos.

a) Entende-se como data de efetivação do pagamento, a data de recebimento da Relação de Ordens Bancárias Externas (RE) correspondente ao pagamento, pelo Banco do Brasil S.A.

b) O prazo para pagamento ficará interrompido enquanto houver pendências de responsabilidade do contratado.

10.4. No texto da Nota Fiscal ou DANFE (Documento Auxiliar da Nota Fiscal Eletrônica) deverão constar, obrigatoriamente, as seguintes referências:

a) descrição do material entregue, com sua quantidade, valor unitário e total;

b) o número do processo que deu origem à contratação e o número da Nota de Empenho;

c) nome do Banco, Agência e Número da Conta-Corrente para depósito; e

d) informação de opção pelo Simples Nacional, se for o caso, cuja aceitação estará condicionada à apresentação da declaração prevista na Instrução Normativa RFB n. 1234/12, alterada pela Instrução Normativa RFB n. 1244/12.

10.5. Caso haja erro na Nota Fiscal, recusa do produto ou outra circunstância que desaprove a liquidação da despesa, a referida ficará pendente e o pagamento será susinado até que a Contratada tome as medidas saneadoras necessárias.

10.6. A Contratante poderá deduzir, do montante a pagar, os valores correspondentes a eventuais multas e indenizações devidas pela Contratada, nos termos deste Edital.

10.7. Ficam sob inteira responsabilidade da contratada, os prejuízos decorrentes de pagamento incorreto devido a falta de informação ou de atualização dos dados bancários.

10.8. A contratante não acatará cobranças por meio de duplicatas ou quaisquer outros títulos, feitas através de bancos ou outras instituições do gênero.

10.9. Serão retidos na fonte os tributos e contribuições federais determinados na legislação específica da Receita Federal, salvo se a empresa for optante do Simples Nacional e assim o declarar na forma prevista na Instrução Normativa RFB n. 1.234/12 e suas alterações.

CLÁUSULA DÉCIMA PRIMEIRA: DAS ALTERAÇÕES

11.1. A presente Ata de Registro de Preços poderá ser alterada nas hipóteses previstas no Decreto n. 7.892/2013. Todas as alterações que se fizerem necessárias serão registradas por intermédio de lavratura de Termo Aditivo à presente Ata de Registro de Preços, exceto as

alterações de redução de preço registrado, as quais poderão ser efetuadas por apostilamento.

CLÁUSULA DÉCIMA SEGUNDA: DAS PENALIDADES

12.1. Sujeitam-se às penalidades descritas nesta cláusula, decorrentes das sanções administrativas previstas na Lei n. 8.666/93, arts. 86 e 87, e na Lei n. 10.520/02, art. 7º, o fornecedor contratado em decorrência da presente Ata e respectivo pregão, que incidir em:

- a) recusa em aceitar o contrato;
- b) atraso na execução do contrato;
- c) entrega de material não acondicionado na forma exigida;
- d) inexecução parcial ou total do contrato;
- e) falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude durante a execução do contrato.
- f) Não manter, no momento da emissão da Nota de Empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, as condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça;

12.2. Recusa em aceitar o contrato é a recusa em receber ou retirar a nota de empenho. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor empenhado e suspensão temporária de participação em licitação e impedimento de contratar com a Administração pelo período de até 5 (cinco) anos.

12.3. Atraso na execução do contrato relativo à entrega de material. Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor empenhado em atraso, por dia de atraso.

12.4. Atraso na execução do contrato relativo à substituição de material recusado. Pena: multa de 0,3% (três décimos por cento) do valor dos bens com defeito por dia de atraso.

12.5. Entrega de material não acondicionado na forma prevista no item 14 do Termo de Referência: multa de 2% (dois por cento) do material acondicionado incorretamente.

12.6. Inexecução parcial do contrato pela não entrega de material, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 30 (trinta) dias e inferior a 45 (quarenta e cinco) dias. Pena: multa de 20% (vinte por cento) do valor do material não entregue e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

12.7. Inexecução total do contrato pela não entrega de material, caracterizado pelo atraso injustificado superior a 45 (quarenta e cinco) dias. Pena: multa de 30% (trinta por cento) do valor do material não entregue e impedimento de licitar e contratar com a União pelo período de até 5 (cinco) anos.

12.8. Apresentar documentação falsa, ensejar o retardamento da execução do contrato, falhar ou fraudar na execução do contrato, comportar-se de modo inidôneo ou cometer fraude fiscal. Pena: impedimento de licitar e contratar com a União pelo prazo de até 5 (cinco) anos, sem prejuízo das multas previstas nesta Ata, ou da aplicação das demais sanções previstas nos artigos. 86 e 87 da Lei n. 8.666/1993.

12.9. A não manutenção, no momento da emissão da Nota de Empenho, durante toda a execução do contrato ou no momento do pagamento, das condições de habilitação e qualificação exigidas na licitação, em especial quanto à regularidade perante o SICAF, à Fazenda Pública Federal, à Seguridade Social (CND-INSS), ao Fundo de Garantia por Tempo de Serviço (CRS-FGTS), à Justiça do Trabalho e ao Conselho Nacional de Justiça, sujeitará a contratada a multa de 10% (dez por cento) do valor dos bens que deveriam ser empenhados ou daqueles já empenhados, conforme o caso.

12.10. As sanções somente serão aplicadas para faltas não justificadas, ou cujas justificativas não sejam aceitas pela Administração, garantido o direito à ampla defesa e contraditório.

12.11. As multas deverão ser recolhidas através de Guia de Recolhimento da União - GRU, emitida pela contratante, no prazo de 05 (cinco) úteis dias a contar da intimação, podendo a Justiça Federal descontá-las, na sua totalidade, de nota fiscal ou saldo remanescente, caso existam.

12.12. O fornecedor, quando não puder cumprir os prazos estipulados para atender total ou parcialmente os contratos decorrentes desta Ata, deverá apresentar **justificativa** por escrito, devidamente **comprovada**, nos casos de ocorrência de fato superveniente, excepcional ou imprevisível, estranho à vontade das partes, que altere fundamentalmente as condições do contrato; e de impedimento de sua execução, por fato ou ato de terceiro, reconhecido pela Administração em documento contemporâneo a sua ocorrência, o que poderá resultar de forma excepcional a prorrogação do prazo para o cumprimento da obrigação.

12.13. O valor total das multas aplicadas na vigência de cada contrato, excetuando as indenizações por perdas e danos, não poderá ultrapassar 30% (trinta por cento) do valor total registrado.

12.14. A aplicação de penalidade será precedida de prazo para o fornecedor apresentar defesa prévia, não inferior a 05 (cinco) dias úteis a contar da intimação do ato, cabendo recurso de sua aplicação, nos termos do art. 109 da Lei n. 8.666/1993.

CLÁUSULA DÉCIMA TERCEIRA: DA REVISÃO E DO CANCELAMENTO DO REGISTRO DE PREÇOS

13.1. Durante a vigência da Ata, os preços registrados serão fixos e irrevogáveis, exceto nas hipóteses decorrentes e devidamente comprovadas das situações previstas na alínea "d" do inciso II do art. 65 da Lei nº 8.666/1993 ou no artigo 17 do Decreto nº 7.892/2013, de forma que a Administração, por razão de interesse público, poderá optar por cancelar a Ata e iniciar outro processo licitatório.

13.2. Quando o preço registrado tornar-se superior ao preço praticado no mercado por motivo superveniente, o órgão gerenciador

convocará os fornecedores para negociarem a redução dos preços aos valores praticados pelo mercado.

13.2.1. Os fornecedores que não aceitarem reduzir seus preços aos valores praticados pelo mercado serão liberados do compromisso assumido, sem aplicação de penalidade.

13.2.2. A ordem de classificação dos fornecedores que aceitarem reduzir seus preços aos valores de mercado observará a classificação original.

13.3. Quando o preço de mercado tornar-se superior aos preços registrados e o fornecedor não puder cumprir o compromisso, o órgão gerenciador poderá:

a) liberar o fornecedor do compromisso assumido, caso a comunicação ocorra antes do pedido de fornecimento, e sem aplicação da penalidade se confirmada a veracidade dos motivos e comprovantes apresentados; e

b) convocar os demais fornecedores para assegurar igual oportunidade de negociação.

13.4. Não havendo êxito nas negociações, o órgão gerenciador deverá proceder à revogação da Ata de Registro de Preços, adotando as medidas cabíveis para obtenção da contratação mais vantajosa.

13.5. O registro do fornecedor será cancelado quando:

a) descumprir as condições na Ata de Registro de Preços, no Edital e seus anexos;

b) não retirar a nota de empenho ou instrumento equivalente no prazo estabelecido pela Administração, sem justificativa aceitável;

c) não aceitar reduzir o seu preço registrado, na hipótese deste se tornar superior àqueles praticados no mercado; ou

d) sofrer sanção prevista nos incisos III ou IV do caput do art. 87 da Lei n. 8.666/1993, ou no art. 7º da Lei n. 10.520/2002.

13.6. O cancelamento de registros nas hipóteses previstas nos subitens "a", "b" e "d" do item 13.5 será formalizado por despacho da autoridade competente do órgão gerenciador, assegurado o contraditório e a ampla defesa, podendo ensejar à compromissária a aplicação das penalidades estabelecidas neste edital.

13.7. O cancelamento do registro de preços poderá ocorrer por fato superveniente, decorrente de caso fortuito ou força maior, que prejudique o cumprimento da Ata, devidamente comprovados e justificados, nos casos de razão de interesse público ou a pedido do fornecedor.

13.8. A Ata de Registro de Preços, decorrente desta licitação, será cancelada, automaticamente, por decurso do prazo de sua vigência.

CLÁUSULA DÉCIMA QUARTA: DAS DISPOSIÇÕES FINAIS

14.1. Integram esta Ata de Registro de Preços, independentemente de transcrição, o Edital do Pregão Eletrônico, bem como as propostas dos fornecedores com preços adjudicados.

14.2. Esta Ata de Registro de Preços será publicada na íntegra no sítio <http://portal.trf1.jus.br/sjro/transparencia/licitacoes/licitacoes.htm>, e em forma de extrato no Diário Oficial da União, Seção 3, conforme disposto no artigo 61, parágrafo único, da Lei n. 8.666/93.

14.3. As questões decorrentes desta Ata de Registro de Preços, que não possam ser dirimidas administrativamente, serão processadas e julgadas na Justiça Federal, no Foro da cidade de Porto Velho/RO, Seção Judiciária do Estado de Rondônia.

14.4. A presente Ata de Registro de Preços vai assinada, por meio digital, pelo Diretor da Secretaria Administrativa da Seção Judiciária do Estado de Rondônia e pelo representante do fornecedor.

WALDIRNEY GUIMARÃES DE REZENDE
Diretor da Secretaria Administrativa

EUROMAR SÃO JOSÉ
Creative Informática Ltda - EPP

ANEXO I DA ATA DE REGISTRO DE PREÇOS N. 11/2016

CADASTRO DE RESERVA DE FORNECEDORES

Considerando o item 10.3 do Edital do Pregão Eletrônico n.10/2016, segue abaixo a lista das licitantes participantes e não desclassificadas que manifestaram interesse e aceitaram cotar os bens com preços iguais aos da licitante vencedora, para o(s) item(ns) desta Ata de Registro de Preços, na sequência da classificação do certame, nos termos do artigo 11, inciso II, do Decreto n. 7.892/2013.

GRUPO	ITEM	DESCRIÇÃO	ORDEM DE CLASSIFICAÇÃO	FORNECEDOR
6	43-44	Mause pad com apoio para pulso em gel e Apoio de Pulso em Gel para Teclado	1	RIO MADEIRA COM. E IMP. DE PAPEIS E SERVIÇOS

O presente registro tem por objetivo a formação de cadastro de reserva no caso de impossibilidade de atendimento pelo

primeiro colocado da ata ou quando do cancelamento da Ata de Registro de Preços pelos motivos previstos no edital ou no instrumento de registro, podendo a Administração convocar os licitantes segundo a ordem de classificação prevista neste anexo para a assinatura de novo compromisso.



Documento assinado eletronicamente por **Euomar São José, Usuário Externo**, em 14/11/2016, às 12:53 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



Documento assinado eletronicamente por **Waldirney Guimaraes de Rezende, Diretor(a) de Secretaria Administrativa**, em 14/11/2016, às 20:05 (horário de Brasília), conforme art. 1º, III, "b", da Lei 11.419/2006.



A autenticidade do documento pode ser conferida no site <http://portal.trf1.jus.br/portaltrf1/servicos/verifica-processo.htm> informando o código verificador **3083959** e o código CRC **C05F2061**.

JUSTIÇA FEDERAL
1ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA EM GOIÁS

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº. 16/2016. OBJETO: Prestação de serviços continuados de locação de equipamentos de reprografia. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeiro Grau em Goiás. CONTRATADA: Webdoc Locações Ltda - EPP. VALOR GLOBAL ESTIMADO: R\$ 132.000,00. ORÇAMENTO: Programa de Trabalho 02061056942570001, Elemento de Despesa 3.3.3.90.39 - Outros Serviços de Terceiros. VIGÊNCIA: 12 meses, contados a partir de 12/12/2016. BASE LEGAL: Processo Administrativo SEI nº. 15845320154018006, Pregão Eletrônico 07/2016, Lei nº 8.666/1993 e alterações. DATA DE ASSINATURA: 07/11/2016. Assinado por: José Godinho Filho, Juiz Federal Diretor do Foro em exercício, pela Contratante; e Flávia Alves Falcão Carneiro, pela Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Quarto Termo Aditivo ao Contrato nº 50/2012. OBJETO: Prorrogação do prazo de duração contratual, sem prejuízo do reajuste. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeiro Grau em Goiás. CONTRATADA: Ericom Telecomunicações Ltda-EPP. BASE LEGAL: PA nº. 1242/2012-JFGO, Lei 8.666/93 e suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 10/11/2016. Assinado por: José Godinho Filho, Juiz Federal Diretor do Foro em exercício, pela Contratante, e José Maria de Almeida, pela Contratada.

DIRETORIA DO FORO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: Sexto Termo Aditivo ao Contrato nº 46/2012. OBJETO: 1) repactuação do valor mensal do contrato a partir de 01/01/2015, 2) a repactuação do valor mensal do contrato a partir de 01/03/2015 e 3) repactuação do valor mensal a partir de 21/07/2015; 4) a repactuação do valor mensal do contrato a partir de 28/12/2015 e a 5) prorrogação do prazo de duração do contrato. CONTRATANTE: Justiça Federal de Primeiro Grau em Goiás. CONTRATADA: Liderança Limpeza e Conservação Ltda. BASE LEGAL: PA 1367/2011-JFGO, Lei 8.666/93 e suas alterações. DATA DE ASSINATURA: 03/11/2016. Assinado por: Carlos Roberto Alves dos Santos, Juiz Federal Diretor do Foro, pela Contratante, e Willian Lopes de Aguiar, pela contratada.

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO MARANHÃO

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 7/2016 - UASG 090004

Número do Contrato: 20/2011.
Nº Processo: 3004120144018007.
PREGÃO SISPP Nº 66/2011. Contratante: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU -NO MARANHÃO. CNPJ Contratado: 58069360000120. Contratado: STEFANINI CONSULTORIA E ASSESSORIA EM INFORMATICA S.A.. Objeto: Prorrogação do Contrato Nº 20/2011, de prestação de serviços especializados na área de Tecnologia da informação. Fundamento Legal: Lei Nº 8.666 e suas alterações. Vigência: 19/10/2016 a 18/10/2017. Data de Assinatura: 23/09/2016.

(SICON - 21/11/2016) 090004-00001-2016NE800028

DIRETORIA DO FORO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 10/2016

Nº do Contrato: 51/2014. Nº do Processo: 527-31.2014.4.01.8007. Contratante: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO MARANHÃO. Contratado: MANTRIX COMÉRCIO E SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ 05.364.164/0001-11. Objeto: Prorrogação da vigência contratual. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 28/09/2016 a 29/10/2016. Data de Assinatura: 26/09/2016.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO Nº 11/2016

Nº do Contrato: 51/2014. Nº do Processo: 527-31.2014.4.01.8007. Contratante: JUSTIÇA FEDERAL DE PRIMEIRO GRAU NO MARANHÃO. Contratado: MANTRIX COMÉRCIO E SERVIÇOS ELETRÔNICOS LTDA, CNPJ 05.364.164/0001-11. Objeto: Prorrogação da vigência contratual. Fundamento legal: Lei nº 8.666/93. Vigência: 30/10/2016 a 13/12/2016. Data de Assinatura: 26/10/2016.

SEÇÃO JUDICIÁRIA EM MINAS GERAIS

EXTRATO DE CONTRATO

ESPÉCIE: Contrato nº 067/2016. CONTRATANTE: União, por meio da Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais. CONTRATADA: A & R COMÉRCIO E SERVIÇOS LTDA-EPP. OBJETO: Execução de serviços de reforma de piso/instalação sanitária e de áreas molhadas de edifícios da JFMG em B.Hte. VALOR: total de R\$11.892,06. VIGÊNCIA: de 21/11/2016 até o recebimento definitivo do objeto e o pagamento do preço contratado. DOTAÇÃO ORÇAMENTÁRIA: nota de empenho nº 2016NE002519 emitida em 14/11/2016, Programa de Trabalho Julgamento de Causas na Justiça Federal - Nacional (PTRES 096903), natureza de despesa: 339039-16. BASE LEGAL: Processo nº 24212-93.2016, Lei 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 21/11/2016. Assinado por: Diretora da Secretaria Administrativa, a Dra. Eloisa Cruz Moreira de Carvalho, pela Contratante, e o Sr. Renato Pereira dos Santos, pela Contratada.

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

ESPÉCIE: 2º Termo Aditivo ao Contrato nº 125/2014 de prestação de serviços de vigilância desarmada p/a JFMG em Governador Valadares. CONTRATANTE: a União, por meio da Justiça Federal de Primeiro Grau em Minas Gerais. CONTRATADA: TRIUNFO SEGURANÇA LTDA. OBJETO: Prorrogação do prazo de vigência do contrato para o período de 28/11/2016 a 27/11/2017. BASE LEGAL: Processo SEI nº 0003790-34.2015.4.01.8008 e Lei 8.666/93. DATA DE ASSINATURA: 16/11/2016. Assinado por: Diretora da Secretaria Administrativa, a Dra. Eloisa Cruz Moreira de Carvalho, pela Contratante, e o Sr. José Roberto Costa Pinto, pela Contratada.

RETIFICAÇÃO

No aviso de licitação do Pregão Eletrônico 31/2016, publicado no D.O.U. em 21/11/2016, Seção 3, Página 154, onde se lê: "...às 14 horas do dia 02 de dezembro de 2016..."; leia-se: "... às 13 horas do dia 02 de dezembro de 2016...".

SEÇÃO JUDICIÁRIA NO PARÁ
DIRETORIA DO FORO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

EXTRATOS DE CONTRATOS

ESPÉCIE: Contrato nº 34/2016. CONTRATANTE: Seção Judiciária do Pará. CONTRATADA: MR DA SILVA E CIA LTDA ME. CNPJ: 15.771.869/0001-07. OBJETO: Serviços de manutenção preventiva e corretiva das centrais de ar condicionado, tipo split, da Subseção Judiciária de Redenção. V.Global: R\$-7.840,00. VIGÊNCIA: 22.01.2017 a 21.01.2018. B.LEGAL: P.A.5659-89.2016.4.01.8010-PA e Lei nº 8.666/93. ASSINATURA: 21/11/2016. Assinado por: José Luiz Miranda Rodeigues, Diretor da Secretaria Administrativa, pela Contratante, e Martinho Ribeiro da Silva, pela Contratada.

ESPÉCIE: Contrato nº 33/2016. CONTRATANTE: Seção Judiciária do Pará. CONTRATADA: ANTHOR COMÉRCIO E SERVIÇOS DE MONTMAGEM DE ROUPAS LTDA-ME. CNPJ: 06.108.800/0001-07 OBJETO: Contratação de serviços de lavanderia. V.Global: R\$-4.471,00. VIGÊNCIA: 01.01.2017 a 31.12.2017. B.LEGAL: P.A.0005810-55.2016.4.01.8010, Lei nº 8.666/93. ASSINATURA: 17/11/2015. Assinado por: José Luiz Miranda Rodrigues, Diretor da Secretaria Administrativa, pela Contratante, e Cristiany Sally Albuquerque de Oliveira, pela Contratada.

EXTRATO DE REGISTRO DE PREÇOS

PE SRP nº 08/2016. Objeto: Futura e eventual aquisição de materiais de expediente para a Seção Judiciária do Pará. Ata SRP nº 16/2016, Fornecedor: PAPEL E CIA PRODUTOS DE PAPELARIA EIRELI-EPP, CNPJ:19.518.227/0001-39, Preço Reg. Itens: 04 (R\$-1,10), 05 (R\$-1,10), 06 (R\$-1,30). Assinada por: Josimar Alves Costa, pela Contratada; e José Luiz Miranda Rodrigues, Diretor da SECAD, pela Contratante. Da Ata: a íntegra da Ata encontra-se disponível no link <http://www.jfpa.jus.br/licitacao/>. Vigência: 12 (doze) meses contados da assinatura. ASSINATURA: 21.11.2016. B. LEGAL: Lei nº 10.520/02 e 8.666/93; Dec. 7892/13; e PA nº 0003153-43.2015.4.01.8010.

SEÇÃO JUDICIÁRIA EM RONDÔNIA
DIRETORIA DO FORO
SECRETARIA ADMINISTRATIVA

AVISO DE REGISTRO DE PREÇOS

A União, por intermédio da Justiça Federal de 1ª Instância - Seção Judiciária de Rondônia, CNPJ: 05.429.264/0001-89, na forma do art. 11 do Decreto n. 7.892/2013, decide registrar as seguintes Atas de Registro de Preços (ARP), cujas íntegras estão publicadas em www.jfro.jus.br, link transparência:

PROCESSO SEI: 0001906-21.2016.4.01.8012. PREGÃO ELETRÔNICO: 10/2016. OBJETO: Aquisição de Materiais de Consumo - Escritório/Expediente.

ARP n. 11/2016. VIGÊNCIA DA ATA: 14.11.2016 a 13.11.2017. FORNECEDOR: Lázaro Bezerra Soares - ME. CNPJ: 06.088.333/0001-09. VALOR GLOBAL TOTAL: R\$ 750,00.

ARP n. 12/2016. VIGÊNCIA DA ATA: 14.11.2016 a 13.11.2017. FORNECEDOR: Fascínio Brindes e Uniformes LTDA - ME. CNPJ: 36.090.736/0001-45. VALOR GLOBAL TOTAL: R\$ 1.430,00.

ARP n. 13/2016. VIGÊNCIA DA ATA: 14.11.2016 a 13.11.2017. FORNECEDOR: Delta Comércio Imp. e Exp. de Equipamentos Eireli - EPP. CNPJ: 05.801.999/0001-91. VALOR GLOBAL TOTAL: R\$ 11.389,00.

ARP n. 14/2016. VIGÊNCIA DA ATA: 14.11.2016 a 13.11.2017. FORNECEDOR: Papelaria Teixeira LTDA - EPP. CNPJ: 04.925.681/0001-50. VALOR GLOBAL TOTAL: R\$ 3.511,10.

ARP n. 15/2016. VIGÊNCIA DA ATA: 14.11.2016 a 13.11.2017. FORNECEDOR: Creative Informática LTDA - EPP. CNPJ: 05.022.996/0001-50. VALOR GLOBAL TOTAL: R\$ 8.426,00.

WALDIRNEY GUIMARÃES DE REZENDE,
Diretor da Secretaria Administrativa

3ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA EM SÃO PAULO
DIRETORIA DO FORO

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO ELETRÔNICO Nº 74/2016

Processo n. 0060573-76.2016.4.03.8001
Objeto: Contratação de empresa para execução de obras de reforma dos sanitários dos Edifícios Principal e Anexo da 2ª Subseção Judiciária de Ribeirão Preto - Professor Hely Lopes Meirelles. Obtenção do edital: a partir de 22/11/2016, às 13h00, nos endereços eletrônicos www.licitacoes-e.com.br e www.trf3.jus.br (Página de Licitações/Contas Púb. Licitações - Pregão Eletrônico JFSP) ou na Seção de Licitações da Justiça Federal de 1º Grau em São Paulo, situada na Rua Peixoto Gomide nº 768 - 8º andar. Informações através dos telefones: (11) 2172-6378/6379/6380 das 09h00 às 19h00. Recebimento das Propostas: até 06/12/2016, às 12h00, no endereço eletrônico www.licitacoes-e.com.br. Abertura das Propostas: 06/12/2016, às 12h00.

São Paulo, 21 de novembro de 2016.
CARLOS MITURU MIYAMOTO
Pregoeiro

4ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DO PARANÁ

EXTRATO DE CONVÊNIO

P.A.: 0004458-02.2016.4.04.8003. ESPÉCIE: Termo de Convênio nº 017/2016. CONVENIENTES: Justiça Federal de 1º Grau no Paraná - SJPR e Instituto de Registro Civil das Pessoas Naturais do Paraná. OBJETO: Termo de Convênio tem por escopo propiciar à JFPR melhor desempenho de seus misteres constitucionais e legais mediante disponibilização gratuita pelo IRPEN de acesso à Central de Registro Civil (doravante denominada CRC). BASE LEGAL: art. 116 da Lei 8.666/93. VIGÊNCIA: 60 meses a partir da data da assinatura. ASS.: 20/11/16.

5ª REGIÃO
SEÇÃO JUDICIÁRIA DE ALAGOAS

AVISO DE LICITAÇÃO
PREGÃO Nº 21/2016 - UASG 090010

Nº Processo: 1164/2016. Objeto: Pregão Eletrônico - Contratação de pessoa jurídica especializada em administrar o fornecimento, gerenciamento, controle e aquisição de combustíveis, utilizando cartão eletrônico (com chip) para a Justiça Federal Seção Judiciária em Alagoas Total de Itens Licitados: 00001. Edital: 22/11/2016 de 09h00 às 12h00 e de 12h01 às 17h59. Endereço: Avenida Menino Marcelo, S/n Serraria MACEIO - AL ou www.comprasgovernamentais.gov.br/edital/090010-05-21-2016. Entrega das Propostas: a partir de 22/11/2016 às 09h00 no site www.comprasnet.gov.br. Abertura das Propostas: 06/12/2016 às 10h00 no site www.comprasnet.gov.br.

CARLOS HENRIQUE LIMA DE ALCANTARA
Supervisor S/c

(SIDE - 21/11/2016) 090010-00001-2016NE000054

SEÇÃO JUDICIÁRIA DO CEARÁ

EXTRATO DE TERMO ADITIVO

Espécie: Primeiro Termo Aditivo ao Contrato nº 09/2016; Processo: 3087/2015; Contratante: Justiça Federal no Ceará; Contratada: Empresa Mac Engenharia e Instalações Ltda; objeto: Prorrogação dos prazos de vigência e de execução do Contrato nº 09/2016, pelo período de 04/10/2016 a 16/12/2016; Fundamentação: Artigo 57, § 1º, inciso V, da Lei 8.666/93; Data Ass.: 03/10/2016; Signatários: Pela Contratante, Dr. Bruno Leonardo Câmara Carrá, Exmo. Juiz Federal Diretor do Foro, e pela Contratada, Sr. Raimundo Dunezeu Rocha da Silva, Sócio.